

EDITORIAL

CNBB: Trinta anos de Comunhão e Corresponsabilidade

No dia 14 de outubro completaram-se trinta anos de existência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB. Para o grande público, a data passou tão despercebida quanto o foi a singela reunião que, lá pelos idos de 1952, numa sala do palácio S. Joaquim do Rio de Janeiro, fundava-a oficialmente, aprovando o seu regulamento e elegendo a Comissão Permanente, que por sua vez escolhia o seu primeiro Presidente, o Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota. Para Secretário-Geral foi escolhido por aclamação, Dom Helder Câmara, poucos meses antes eleito e sagrado Bispo Auxiliar do Cardeal do Rio de Janeiro, D. Jaime Câmara.

*Duas palavras podem resumir a relevância deste fato para os últimos trinta anos da vida da Igreja no Brasil: **Comunhão e corresponsabilidade**. São estas duas palavras que com a sigla CNBB formam o título do melhor estudo sobre o assunto, e do qual tomamos alguns dos dados utilizados aqui, da autoria do Pe. Gervásio Fernandes de Queiroga (Ed. Paulinas 1977).*

Para quem levar em conta que passariam dez anos até a realização do Concílio Vaticano II, que faria da comunhão e corresponsabilidade o eixo da sua eclesiologia, fica em evidência o pioneirismo daquele gesto do episcopado brasileiro; pioneirismo, que até hoje continua marcando a atuação da Conferência e a tem tornado, não poucas vezes, objeto de incompreensões e alvo de ataques e perseguições tão acirrados, quanto injustos.

Comunhão e corresponsabilidade, no contexto teológico do Vaticano II, não dizem respeito unicamente à colegialidade episcopal: elas definem o tipo de relação que deve existir entre os membros todos do povo de Deus — no ser e no agir — e que tem sua origem na autocomunicação de Deus aos homens por Jesus Cristo e no Espírito.

É dentro desse espírito que nasce — desde os remotos anos 50 ou antes — na mente e no coração do então Pe. Helder o sonho, aos poucos convertido em projeto, graças ao apoio decisivo do Núncio Apostólico D. Carlos Chiarlo e de Mons. Montini, de uma conferência nacional dos bispos brasileiros. Influência inegável teve, no desabrochar da idéia e na realização do projeto, a Ação Católica Brasileira (ACB). Conforme o testemunho do próprio D. Helder, então Vice-Assistente nacional da mesma, foi a ACB que criou as ocasiões favoráveis para isso.

A ACB estava muito mais capacitada do que as paróquias e dioceses isoladas para sentir e abordar problemas pastorais de âmbito regional ou nacional. Mas ao mesmo tempo crescia a consciência da insuficiência dos seus quadros institucionais — apesar do pioneirismo das suas articulações a nível nacional e até continental — para enfrentar os conflitos que a esse nível são lançados à ação evangelizadora, sem uma ação orgânica de toda a comunidade eclesial sob a orientação dos seus pastores.

Profundamente significativo é o fato de que duas reuniões importantes de Bispos brasileiros convocados pela Nunciatura Apostólica, com a autorização expressa da Sagrada Congregação Consistorial e da Secretaria de Estado do Vaticano (antes de existir no Brasil um organismo capaz de fazer tal convocação) se realizassem a pedido da ACB. Foram as reuniões de bispos da Amazônia e do vale do S. Francisco (em julho e agosto de 1952) para encontrar respostas ao desafio pastoral que os planos econômicos do governo para essas regiões lançavam à Igreja.

Mas já muito antes, as Semanas Nacionais de Ação Católica, que em ocasiões contaram com a participação de numerosos bispos e deram oportunidade para encontros especiais dos bispos participantes, contribuíram para o crescimento, no episcopado, da idéia de um organismo nacional que possibilitasse e sistematizasse o encontro de todo o colégio episcopal.

Por outro lado, a ACB, através dos seus diversos "Departamentos Nacionais", antecipou e serviu de inspiração aos "Secretariados Nacionais" da CNBB, para a coordenação dos diversos setores da Ação Pastoral, mais tarde assumidos de forma ainda mais colegial pela Comissão Episcopal de Pastoral.

Lembrar estes antecedentes da CNBB pode ajudar a compreender melhor o seu significado para a vida da Igreja, assim como os conflitos que suscita, nestes trinta anos de serviço pioneiro à evangelização. A CNBB (como o Concílio Vaticano II) situa-se dentro do movimento irreversível suscitado na ação pastoral da Igreja pelo insistente apelo de Pio XI ao laicato, convidando-o a uma intensa e estreita participação na missão apostólica da hierarquia para a extensão do Reino de Deus. Sem essa "ação" dos leigos o fermento do evangelho não poderia chegar a todos os setores da complexa sociedade moderna, os quais, ao desligar-se da tutela da Igreja, própria de uma sociedade sacral, em busca da sua autonomia secular, tinham-no feito não poucas vezes em tácita ou declarada oposição ao evangelho.

A CNBB nasce, portanto, do zelo pastoral de um episcopado

que corajosamente quer que a força transformadora do evangelho esteja presente em todos os lugares em que se desenvolve a vida do homem brasileiro e em que se esboçam projetos que serão decisivos para a configuração do caráter humanizador ou alienante da sociedade brasileira em transformação. Das fileiras mais avançadas do diálogo da Igreja com o mundo, da AC, chega ao episcopado a consciência cada dia mais aguda, da necessidade de profundas transformações nas estruturas sócio-econômicas, políticas e culturais para que esse "mundo" (embora já se pense cristão) possa converter-se ao evangelho.

Não é necessário, contudo, "idealizar" a realidade. Para muitos bispos, a atuação da ACB suscitava temores e apreensões. Também não é necessário isentar essa atuação de qualquer exagero ou imprudência, em casos isolados, para poder reconhecer-lhe a contribuição decisiva e profundamente evangélica para a renovação da vida e da ação pastoral da Igreja no Brasil. É possível até que a acolhida entusiástica por parte do episcopado da idéia — procedente, de alguma forma, da experiência pastoral da ACB — da necessidade de uma Conferência episcopal, que permitisse uma ação evangelizadora mais orgânica e corresponsável de todo o povo de Deus, ocultasse inconscientemente, em algum caso, o desejo ou a esperança de um maior controle do apostolado dos leigos. Mas não há dúvida que, mesmo nesses casos, como consta pelos testemunhos de numerosos bispos (cf. Queiroga, o.c. pp.180-184) o determinante era o zelo sincero de fazer chegar o evangelho ao coração da realidade brasileira.

Como acontece sempre que se acolhem generosamente os impulsos do Espírito, desconhecem-se os caminhos que será preciso percorrer a partir desse momento, para permanecer fiel a uma opção que deverá caracterizar-se essencialmente por uma vigilante e permanente atitude de discernimento face à imprevisibilidade da história. Acolher o Espírito é levar absolutamente a sério a história como lugar de manifestação e ação libertadora de Deus. Mas certamente uma coisa o episcopado podia, senão prever, dar por suposto: querer levar o evangelho aos pontos mais críticos e conflitantes da sociedade haveria de suscitar (uma vez que o discípulo não pode pretender ser melhor sucedido do que o Mestre) a oposição do "mundo" ou, traduzindo a expressão joanina, dos poderes que detêm ou pretendem o domínio hegemônico dos bens da terra. Isso, por um lado; por outro: os conflitos de mentalidades dentro do próprio episcopado tornariam a caminhada para a comunhão e corresponsabilidade eclesiais, assumida como ideal da nova organização, um penoso, embora gratificante, exercício de ascese e caridade. Quem acompa-

nhou de perto o itinerário da CNBB nos seus trinta anos de vida, pode certamente testemunhar o imenso crescimento realizado neste sentido, ao mesmo tempo que os sacrifícios, tensões e crises que acompanharam o crescimento.

A própria ACB, que tantos méritos teve no nascimento da CNBB, sentiu, como nenhum outro organismo, as repercussões desta difícil gestação de uma Igreja mais unida e corresponsável. É verdade que aquilo que constituía o mais legítimo do seu espírito — a participação do laicato no apostolado da hierarquia, segundo a linguagem de então — hoje é uma realidade muito mais profunda, numa Igreja que se concebe como comunhão e corresponsabilidade, e chega até as artérias mais periféricas (se for permitido falar assim) do Corpo de Cristo, através das inúmeras comunidades eclesiais de base, muitas delas em lugares até agora marginalizados não só com relação aos serviços da sociedade civil mas também da própria ação ministerial da Igreja. “Não se pode negar — afirma Queiroga — que, na raiz desta maravilhosa árvore, qual grão de trigo tombado, está também a ACB (p. 332)”.

São precisamente estas comunidades eclesiais de base que, no momento atual, são o alvo privilegiado dos ataques daqueles que, ou não chegaram a compreender o cerne da renovação conciliar — que vinha de longa data germinando na Igreja, principalmente através da ação católica tão recomendada pelos papas — ou se opõem a elas por compreenderem muito bem que a maior ameaça a sistemas sócio-políticos de dominação não vem de outros sistemas, mas da liberdade radical que o evangelho suscita quando se faz fonte de inspiração da vida das comunidades.

Aí está a raiz da oposição ou incompreensão que a CNBB encontrou sempre no seu caminho. Basta examinar a enorme documentação produzida pelos seus organismos nestes trinta anos, para ver o cuidado sempre presente de que todas as suas palavras e ações tivessem uma origem e um escopo: o evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo. Acontece, porém, hoje como nos tempos de Jesus, que quanto mais a ação do homem se situa na perspectiva do Reino de Deus, mais radicalmente ataca a origem das dominações em todos os terrenos da vida humana. Jesus foi condenado pelos poderes políticos precisamente porque ao situar-se não no terreno “do César” mas no “de Deus” se tornava a mais perigosa ameaça a um César dominador e colonialista. Se há um aspecto em que o crescimento do episcopado se fez patente nestes trinta anos é o da sua independência “evangélica” com relação ao Estado e o seu voltar-se decidido para o povo a quem deve anunciar a boa nova. E isto aparece como um

movimento irreversível, e por isso mesmo tão assustador, para quem não está disposto a abdicar da sua situação de privilégio.

O mais alarmante, porém, para o cristão sincero que viveu estes trinta anos de crescimento eclesial, em comunhão e corresponsabilidade, não é o fato de que continuem as incompreensões e os ataques daqueles que permanecem "fora" do movimento renovador suscitado pelo Espírito na Igreja e codificado pelo Concílio. O que realmente poderia suscitar temores sérios — não fosse a confiança na ação do Espírito — é o fato de que certo tipo de argumentação, muito utilizado, desde a primeira hora, pelos que se opuseram à renovação conciliar, chega às vezes a contaminar a mentalidade de pessoas sinceras dentro da Igreja.

Uma destas armas típicas — um verdadeiro sofisma em muitos casos — é opor a autoridade do Romano Pontífice ou da Cúria romana, de maneira muito simplista, a pronunciamentos ou atuações, seja da CNBB como um todo, seja de algum dos seus organismos, seja de um determinado bispo. Esse tipo de argumentação mostra geralmente que não foi vivenciado o espírito da eclesiologia do Vaticano II. Que a comunhão e corresponsabilidade, numa Igreja em que o exercício da função de Pedro, tinha tomado aspectos que provinham mais de modelos históricos do governo civil, do que da tradição evangélica, não se faria sem tensões, é algo que ficou patente desde as primeiras sessões do Concílio. Mas é precisamente aí que se manifestou a presença do Espírito guiando, em admirável comunhão fraterna, tanto os papas que presidiam às sessões como os bispos que corresponsavelmente participaram. Essas tensões se manifestaram também ao longo das diversas reelaborações dos estatutos da CNBB e a sua conseqüente aprovação por Roma. Também então brilhou a corresponsabilidade e deu excelentes frutos através de um diálogo sincero, no espírito de uma tradição que remonta ao debate, consagrado pela Bíblia, entre Pedro e Paulo, sobre a imposição dos usos judaicos a todos os cristãos.

Na medida em que a Igreja permanecer fiel ao Espírito que suscitou o Concílio Vaticano (como guiou o episcopado brasileiro firmiter et suaviter, por caminhos não isentos de tensões, penosas mas construtivas) continuará a crescer no seu seio a comunhão e a corresponsabilidade. Por isso talvez seja útil acabar citando o Concílio: "É ainda por este motivo que existem legitimamente, no seio da comunhão eclesial, Igrejas particulares, gozando de tradições próprias, sem prejuízo do primado da Sé de Pedro, que preside à comunhão universal da caridade, protege as diversidades legítimas e vela por que as particularidades, não só não prejudiquem a unidade, mas

para ela contribuam mesmo positivamente” (LG 13, os grifos são nossos).

A Perspectiva Teológica quer com estas linhas rememorativas, fragmentárias e incompletas, prestar uma homenagem à CNBB e marcar a significação pastoral e teológica daquele simples gesto realizado há trinta anos atrás, numa sala do palácio S. Joaquim.